

O pensar na filosofia de Hannah Arendt: uma faculdade que distancia o homem da banalidade do mal.

Fábio Abreu dos Passos (Universidade Federal de São João Del - Rei).

Orientadora: Glória Maria Ferreira Ribeiro.

Faculdade do pensar é o que distingue o homem de qualquer outro ser vivente. Que nos faz “santos” ou “demônios” Que nos dá asas para nos aventurarmos por caminhos que nossa vã pequenez cognitiva não suporta, mas que, mesmo assim insiste em voar. Que “brinca” de querer conhecer os mistérios de Deus, da liberdade e da imortalidade da alma. Que quebra todas as regras e doutrinas convencionais. Que é desprezada, pois não produz resultados práticos que a “multidão” deseja ver, pois sua utilidade se encontra em si própria e que, contemporaneamente falando, está tão ausente das nossas mentes... Qual será este motivo? Será a conjuntura sócio-cultural na qual nos situamos, com sua velocidade eloqüente e seu “modo de ser” insignificamente descartável? Preguiça para efetuar, como diz Platão, “o diálogo silencioso do eu comigo mesmo”¹, que nos faz reconhecer nosso próprio eu, que às vezes nos parece tão distante e estranho?

Quando a alma pensa, não faz outra coisa senão discutir consigo mesma por meio de perguntas e respostas, afirmações e negações; e quando, mais cedo ou mais tarde, ou então de repente, decidi-se, assevera e não duvida mais, dizemos que ela chegou a uma opinião.²

Esta faculdade de pensar, uma das atividades do espírito humano, que se constitui como sendo um diálogo antecipado de mim com os outros, que não pensa “alguma coisa”, mas sobre “alguma coisa”, teria a capacidade de desfazer o mal, ou mais precisamente falando, “a banalização do mal” – fenômeno contemporâneo, fruto das entranhas do totalitarismo, regime que se caracteriza como sendo uma prática do Estado totalitário, vale dizer, do Estado que pretende controlar a vida dos seus

cidadãos, preenchendo totalmente todos os espaços da vida humana, massificando o indivíduo até que ele perca toda a sua condição humana.

A pergunta que agora lançamos no ar é: se a faculdade de pensar possui a capacidade de fazer com que o homem se abstenha de praticar o mal, será por nós desenvolvida ao longo deste trabalho em um processo dialeticamente progressivo, até que alcancemos uma possível resposta. Entretanto, por hora, fixaremos nossa atenção para melhor compreender quem foi a mulher Hannah Arendt, para depois, possuidores de algum conhecimento acerca de sua filosofia política, possamos retomar esta questão tão fundamental na obra desta filósofa.

Cientista política e vítima do racismo anti-semita, Hannah Arendt tornou-se um dos grandes nomes do pensamento político contemporâneo por seus estudos sobre os regimes totalitários e sua visão crítica da questão judaica. A liberdade, o abandono das tradições culturais e a administração tecnocrática da sociedade foram alguns de seus temas principais.

Nascida em Hannover, Alemanha, em 14 de outubro de 1906, Hannah Arendt doutorou-se em filosofia em 1928, na Universidade de Heidelberg, com a tese sobre *O amor em Santo Agostinho*. Com a chegada dos nazistas ao poder, em 1933, fugiu para Paris, onde trabalhou como assistente social, atendendo a refugiados judeus. Foi aluna de Karl Jaspers e Martin Heidegger e, em 1940, casou-se com o professor de história da arte Heinrich Bluecher. A ocupação da França pelos nazistas obrigou-a a novo exílio. Em 1941 partiu para os Estados Unidos da América. Naturalizou-se cidadã americana em 1951, ano em que publicou sua obra mais significativa, *Origins of Totalitarianism (Origens do Totalitarismo)*, pela qual tornou-se conhecida e respeitada nos meios intelectuais. Com *Eichmann em Jerusalém*, publicado no ano de 1963, suscitou muitas polêmicas ao denunciar o papel das lideranças judaicas no extermínio nazista da Segunda Guerra Mundial. Hannah Arendt descreve o fenômeno totalitário como uma forma de dominação própria da modernidade, baseada na organização burocrática das massas, no terror e na ideologia. Como exemplos cita os desdobramentos da utopia socialista em suas versões nazista e stalinista. Na raiz do totalitarismo situa o anti-semitismo moderno, manipulado como instrumento de poder, e o imperialismo surgido nos países europeus no século XIX. Nos ensaios sobre as revoluções francesa e americana destaca a importância da ação conjunta

como fonte de autoridade. Em *Between Past and Future (Entre o Passado e o Futuro)*, publicado em 1961, afirma que a palavra e a ação, para se converterem em política, requerem a existência de um espaço que permita o aparecimento da liberdade. Após vários anos de atividade docente na Universidade de Chicago e na New School for Social Research, em Nova York, Hannah Arendt morreu nesta cidade em 4 de dezembro de 1975, deixando inacabada sua última grande obra intitulada de “*A vida do espírito: o pensar o querer e o julgar*”, obra esta que, em sua primeira parte, servirá como texto base de nossa pesquisa.

Contextualizada a vida e a obra de Arendt, retomemos nossa discussão inicial, a qual norteia todo este trabalho.

Em 1961 Hannah Arendt vai a Jerusalém como correspondente do Jornal New York, a fim de assistir ao julgamento do processo do oficial nazista Adolf Eichmann, acusado de participação nas mortes de inúmeros judeus em campos de concentração. É a partir desse acontecimento que o pensamento filosófico de Arendt irá nortear-se para tentar compreender as atividades do espírito humano. Este encontro teve para ela o caráter de um espanto, que a fez se referir a Platão, para quem o início de toda filosofia é *thaumadzein*, o espanto maravilhoso em face de tudo o que é como é, tal qual diz o próprio Platão: “Pois do que o filósofo mais sofre é do espanto, pois não há outro início para a filosofia senão o espanto (...)”³

Para Arendt este espanto iniciador de toda filosofia possuiu a roupagem característica da “banalidade do mal”, sobre a forma de um acusado que se constituía como sendo um homem banal, sem grandes motivações ideológicas nem engajamento político, apenas um homem comum, com um comportamento que ela denominou de “vazio de pensamento”, a irreflexão caracteristicamente institucionalizada pelos regimes totalitários. Sobre este espanto, Hannah Arendt assim o descreve: Foi essa ausência de pensamento – uma experiência tão comum em nossa vida cotidiana, em que dificilmente temos tempo e muito menos desejo de parar e pensar – que despertou meu interesse.⁴

Prosseguindo com sua reflexão introdutória acerca das razões motivadoras que fizeram com que ela se detivesse nesta pesquisa sobre a faculdade do pensar, especificamente contida na primeira parte de *A vida do espírito*, ela diz:

Foi, portanto, o julgamento de Eichmann que despertou meu interesse por esse tema. Mas, além disto, também essas questões morais que tem origem na experiência real e se chocam com a sabedoria de todas as épocas – não só com as várias respostas tradicionais que a “ética”, um ramo da filosofia, ofereceu para o problema do mal, também com as respostas muito mais amplas que a filosofia tem, prontas, para a questão menos urgente “O que é o pensar?” – renovaram em mim certas dúvidas.⁵

Partindo deste espanto, Arendt regressa ao caminho da filosofia propriamente dito, já ao findar de sua vida, com a obra *A vida do espírito*, que nos convida a refletir sobre a questão do pensar. Desta forma, a primeira parte desta obra intitula-se *O pensar*. Arendt é motivada a trilhar pelos tortuosos, perigosos e incertos caminhos que podem desvelar os mistérios da faculdade do pensar devido ao já referido fato que teria inúmeras repercussões em sua vida, ou seja, o caso Eichmann, uma figura que despertou a imaginação de Arendt, que aguardava deparar-se com a personificação do mal:

Aprendemos que o mal é algo demoníaco; sua encarnação é Satã, “um raio caído do céu” (Lucas 10:18), ou Lúcifer, o anjo decaído (“**O demônio também é um anjo**”, Unamuno), cujo pecado é o orgulho (“**orgulho como Lúcifer**”), isto é, aquela superbia de que só os melhores são capazes: eles não querem servir a Deus, mas ser como Ele.⁶

Mas, ao contrário, deparou-se com uma figura até de certa forma insignificante. O que se destacava em Eichmann era sua “extrema superficialidade e sua profunda incapacidade de pensar”, como nos diz Nádia Souki, em um de seus textos intitulado *Hannah Arendt e a banalidade do mal*⁷, ou seja, por trás de toda a carapaça monstruosa que caracterizou os agentes do sistema nazista, e especificamente Eichmann, o que Arendt percebera “era algo inteiramente negativo: sua irreflexão”⁸, a superficialidade do pensar. Neste sentido, em carta a Jaspers⁹, em 1951,

Hannah Arendt diz: “Eu não sei o que é o mal radical, mas sei que ele tem a ver com este fenômeno: a superfluidade dos homens enquanto homens” O homem Eichmann, desta forma, caracterizava o homem contemporâneo: autômato, “mais um” ingrediente e não “o” ingrediente na massa social formada pelos regimes totalitários. Desta forma, Nádía Souki assim o caracteriza:

Por mais extraordinário que fossem os atos, neste caso, o agente não era nem monstruoso, nem demoníaco; a única característica específica que se podia detectar em seu passado, bem como em seu comportamento durante o julgamento e o inquérito policial que o precedeu, afigurava-se como algo totalmente negativo: não se tratava de estupidez, mas de uma curiosa e bastante autêntica incapacidade de pensar.¹⁰

Esta incapacidade de pensar, detectada no modo de “ser” de Adolf Eichmann, é que irá suscitar em Arendt a determinação do conceito de “banalidade do mal”, que de forma alguma se configura como sendo uma tentativa de minimizar ou diminuir o sofrimento que passaram os judeus nos campos de concentração. O que ela pretendia era contextualizar esta nova modalidade de mal, que foi fecundada pelo regime totalitário. Neste sentido, “(...) o mal não possui nem profundidade nem dimensão demoníaca (...)” “(...) essa é sua ‘banalidade’ Somente o bem tem profundidade e pode ser radical”¹¹ Desta forma, a função da banalidade do mal é a de ocultar o verdadeiro sentido, o verdadeiro escândalo do mal.

Na perspectiva da abordagem da faculdade do pensar como atividade do espírito humano, especificamente na obra *A vida do espírito*, Arendt abre margem não só para um confronto, mas também para um diálogo com a “história da Filosofia” a respeito do pensar e com a obscura teoria acerca da distinção entre pensar e conhecer, ou seja, entre *Vernunft* “razão” e *Verstand* “intelecto” Este diálogo se faz, principalmente, com o filósofo Immanuel Kant (1724-1808), filósofo com quem ela manterá profundos e constantes diálogos e que, desta feita, não poderíamos deixar de mencioná-lo, pois toda esta filosofia de Arendt terá como pano de fundo as teorias kantianas. Neste sentido, ela tentará explicar a diferença que há

entre *Vernunft* e *Verstand*, inserindo-os em um contexto político-filosófico. Esta filósofa tenta dar um passo a mais nesta questão, pois como ela mesma diz:

Embora houvesse insistido nessa distinção, Kant estava ainda tão fortemente tolhido pelo enorme peso da tradição metafísica que não pôde afastar-se de seu tema tradicional, ou seja, daqueles tópicos que se podiam provar incognoscíveis; e embora justificasse a necessidade da razão pensar além dos limites do que pode ser conhecido, permaneceu inconsciente com relação ao fato de que a necessidade humana de refletir acompanha quase tudo o que acontece ao homem, tanto coisas que conhece como as que nunca poderá conhecer. Por tê-la justificado unicamente em termos dessas questões últimas, Kant não se deu conta inteiramente da medida em que havia liberado a razão, a habilidade de pensar.¹²

Hannah Arendt tentará compreender *Vernunft* “razão” e *Verstand* “intelecto” a partir do que ela tematizou como “falácias metafísicas”, como, por exemplo, aquela que Arendt considera a mais importante, que é o fato de interpretar o significado dentro do modelo da verdade, priorizando a verdade sobre o significado. Configura-se que o pensar se caracteriza como sendo uma necessidade urgente da razão de alçar vãos para além da cognoscibilidade, que servem de pistas para uma investigação acerca da faculdade de pensar.

Para que o homem possa readquirir sua condição humana, ele necessita “restabelecer o hábito” de pensar. A partir de agora, retomaremos a questão que no início desta pesquisa havíamos levantado, a fim de tentarmos respondê-la, ou seja, se o fato de pensar elimina as possibilidades de se cometer atos maléficis.

Para Arendt a pré-condição que libertará o homem da massificação totalitária, que no dizer de Souki tem por objetivo “eliminar a capacidade de distinguir a verdade da falsidade, a realidade da ficção, ou seja, abolir a capacidade de sentir em comum e pensar por si mesmo”¹³, que extingue o “vazio de pensamento” que se constitui em uma experiência humana artificial, algo forjado pelas consequências... Consequências do fenômeno totalitário, pois a faculdade do pensar é uma atividade do espírito que está presente em todos nós. Deste modo:

O fato de que o estar só, enquanto dura a atividade do pensar, transforma a mera consciência de si – que provavelmente compartilhamos com os animais superiores – em uma dualidade é talvez a indicação mais convincente de que os homens existem *essencialmente* no plural. E é essa *dualidade* do eu comigo mesmo que faz do pensamento uma verdadeira atividade na qual sou ao mesmo tempo quem pergunta e quem responde.¹⁴

O fato de que o estar só, enquanto dura a atividade do pensar, transforma a mera consciência de si – que provavelmente compartilhamos com os animais superiores – em uma dualidade é talvez a indicação mais convincente de que os homens existem *essencialmente* no plural. E é essa *dualidade* do eu comigo mesmo que faz do pensamento uma verdadeira atividade na qual sou ao mesmo tempo quem pergunta e quem responde.¹⁵

Mas é necessário salientar, e aqui nós começamos a responder a nossa questão inicial, que o ato de pensar – que possui como ponto de partida e de abastecimento o senso comum, que no entendimento de Arendt constitui-se em um “sentido interno”, ou seja, em um “sexto sentido”, princípio que torna coeso os outros cinco sentidos – que o pensamento não produz resultados práticos que a “multidão” deseja ver, ele se caracteriza pela capacidade de quebrar todas as regras e doutrinas convencionais, de criar significado, que não pensa “alguma coisa”, mas sim “sobre alguma coisa”, mas que não deixa nada de tangível atrás de si, enfim, o pensamento constitui para si o seu próprio fim, sua própria utilidade. Neste sentido, como pode então o pensamento abster o homem de praticar atos maléficis, se a atividade do pensar não produz nenhum efeito? A resposta está no fato de que o pensamento abre as linhas iniciais para o julgar, neste sentido, “o juízo é o derivado do efeito libertador produzido pela faculdade do pensar. Ele realiza o próprio pensamento, tornando-o manifesto no mundo das aparências”¹⁶ Lembremos que as três faculdades: o pensar, o querer e o julgar, são atividades do espírito humano, são indissociáveis e estão em plena comunhão entre si para permitir ao homem a possibilidade da execução da natalidade, isto é, do ato de realizar, de começar o novo constantemente, pois isto faz parte da essencialidade humana.

Percebemos que o contrário da prática da faculdade do pensar inaugura uma nova modalidade de homem: o homem massa, sem figura, sem semblante, sem vontade e ação.

Disso resulta que a ausência de pensamento, ao proteger os indivíduos contra os perigos da investigação, ensina-os a aderir rapidamente a tudo o que as regras de conduta possam prescrever em determinada época para uma determinada sociedade – essa ausência induz ao conformismo. Essas são contingências que obrigam o homem à não-pensar e, ao mesmo tempo, a se submeter.¹⁷

Esta submissão refere-se ao regime totalitário que produzia um tipo de contingência para o surgimento do fenômeno do “vazio de pensamento”. Esta contingência faz com que tudo esteja em movimento, em contínuo fluxo, desfazendo “quase” todas as possibilidades de instauração do “cenário” propício para a realização da faculdade do pensar, pois para realizá-la é necessário um “pare-e-pense” ou seja, é preciso saltar do mundo das aparências por um instante, sem, contudo, transcendê-lo, para poder compreendê-lo, criar significados de e sobre ele.

O resultado da prática da atividade do pensar pode ser assim descrito, como o fez Nádía Souki:

(...) o pensamento, reflexão sobre o significado das coisas, é uma condição necessária, mas não suficiente para se resistir ao mal; e somente em sua relação como juízo, que é uma faculdade própria, ele pode efetivar sua plena realização como capacidade de autonomia, sem contraposição ao conformismo de todos os tipos.¹⁸

Percebemos que a filosofia de Hannah Arendt está sempre permeada por elementos políticos, principalmente aqueles cujo pano de fundo está relacionado à tentativa de explicitação do totalitarismo. A discussão que propusemos se faz fecunda nos dias atuais, pois nuances deste regime ainda se fazem presentes, mesmo que encobertos por máscaras de cunho democrático que querem e necessitam iludir o espectador para se fazerem “existir” em todas as relações humanas, impedido-as de se realizarem em sua essencialidade.

A reflexão sobre o fenômeno da banalização do mal que se fomenta pela ausência da faculdade do pensar não possui de forma alguma características anacrônicas, pois atitudes causadas pela irreflexão fazem parte da história do homem e, provavelmente continuarão a fazer não de uma forma homogênea, pois ainda existem homens que sentem filosofia.

Bibliografia

ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. Trad. Antônio Abranches e Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

_____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. Sonia Orieta HEINRICH. São Paulo: Diagrama e Texto, 1983.

_____. *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SOUKI, Nádia. *Hannah Arendt e a banalidade do mal*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

NOTAS

¹ Platão, *Teeteto*, 190e, 191a.

² Idem.

³ Platão, *Teeteto*.

⁴ Arendt, *A vida do espírito*, p. 06.

⁵ Arendt, *A vida do espírito*, p. 07.

⁶ Idem.

⁷ *Extensão*, p. 53.

⁸ Idem.

⁹ Arendt, *Origens do totalitarismo*, p. 510.

¹⁰ Souki, *Hannah Arendt e a banalidade do mal*, p. 92.

¹¹ Scholem, *Le procès Eichmann: un débat avec Hannah Arendt*, p. 228.

¹² Arendt, *A vida do espírito*, p. 13.

¹³ Souki, *Hannah Arendt e a banalidade do mal*, p. 131.

¹⁴ Arendt, *A vida do espírito: o pensar o querer e o julgar*, p. 139.

¹⁵ Arendt, *A vida do espírito: o pensar o querer e o julgar*, p. 139.

¹⁶ Souki, *Hannah Arendt e a banalidade do mal*, p. 131.

¹⁷ Souki, *Hannah Arendt e a banalidade do mal*, p. 129.

¹⁸ Idem, p. 133.